

Econ. Brasil

PAZETTA MERCANTIL

14 JAN 1998

O governo prepara suas defesas

As informações divulgadas em nossa edição de ontem sobre as receitas federais no ano passado, embora tenham revelado um aumento de 9,77% sobre o ano anterior, o que aparentemente é um fato positivo, uma vez que a inflação no período ficou abaixo disso, confirmam, no entanto, indiretamente, as preocupações que já manifestamos em comentário anterior sobre o futuro das finanças públicas no próximo mandato presidencial.

Como se pode perceber nas informações da própria Receita Federal, o total arrecadado alcançou pouco mais de R\$ 115,5 bilhões, diante dos R\$ 105,2 bilhões obtidos em 1996. Mas, se retirarmos desse total a receita proveniente da CPMF, de R\$ 7.065 bilhões, que não existia em 1996, e também os ingressos das privatizações e concessões, que somaram R\$ 5,7 bilhões, a conclusão é que a arrecadação tributária propriamente dita teria sido inferior à do exercício precedente.

Neste ano de 1998, a CPMF continuará sendo cobrada e certamente os ingressos proporcionados pelo programa de privatizações e concessões serão extraordinariamente maiores. Não sabemos ainda que efeito terá sobre a receita fiscal a menor atividade econômica que está sendo prevista, mas é possível que ainda assim seja possível manter certo equilíbrio nas contas primárias graças, principalmente, aos recursos das privatizações. Mas as duas fontes novas de receitas – CPMF e privatizações – tendem a minguar no tempo, de modo que o problema de preservar o equilíbrio será maior no futuro mandato presidencial.

Foi, portanto, com satisfação que lemos as declarações do ministro Pedro Malan, feitas num almoço com jornalistas, quando anunciou uma nova "rodada" de reformas que o governo pretende propor até meados do ano.

Mesmo sem entrar em pormenores, o ministro nos informa que a reforma da Previdência, que tramita no Congresso neste momento, terá uma segunda etapa, que está sendo preparada pelo economista André Lara Resende. Haverá

■ Pressionado pela situação fiscal e pela crise externa, o governo monta sua reação

também uma proposta de reforma fiscal, que envolverá tributos e dispêndios, mais abrangente, portanto, do que já foi delineado por Pedro Parente junto ao Congresso. Pretende-se ainda aprofundar a reforma administrativa, também em tramitação, e, finalmente, apresentar uma reforma da legislação trabalhista, cuja preparação está a cargo do ministro Paulo Paiva.

Isso tudo nos assegura que as autoridades estão atentas àquele problema futuro que vimos apontando e continuam empenhadas no processo de garantir ao País um sistema de equilíbrio estável das finanças públicas nos anos vindouros. A notícia de uma reforma da legislação trabalhista é particularmente importante, pois seu anacronismo é conhecido e, dependendo da maneira como for feita, poderá dinamizar significativamente a atividade econômica, ampliar a geração de empregos e me-

lhorrar, portanto, a arrecadação fiscal em geral, inclusive os recursos para a Previdência.

No plano mais imediato o ministro mostrou também que o governo continua preparando-se para enfrentar possíveis desdobramentos da crise asiática. As mudanças nos critérios de admissão de importações fazem parte disso. Pretende-se ainda intensificar os mecanismos de defesa comercial junto à OMC. Já se está iniciando a abertura da exploração de petróleo ao capital estrangeiro. Deve haver mudanças na Zona Franca de Manaus, para torná-la realmente exportadora. E contemplam-se cortes adicionais nas programações financeiras dos ministérios, com vistas ao problema dos déficits fiscais, que sobrevivem a despeito do aumento de arrecadação.

Diante do fato de que é impossível antecipar o curso da crise internacional, o objetivo central do governo, no dizer do ministro, é atenuar expectativas negativas externas. Nesse contexto o ministro afirma que as altas taxas de juros do momento cumprem um papel tático de defesa temporária, mas reconhece que o País não pode conviver com elas por dois anos seguidos. O que se espera, inclusive com o anúncio antecipado de tais intenções, é que os investidores internacionais se convençam da firmeza e do preparo do governo para preservar a estabilidade "e continuem ratificando uma situação que já existe – a de que o País é a segunda maior e melhor opção de investimentos depois da China". E, pelo menos até o momento nada indica mudança nessa situação.